



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 27 de julho de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS GOVERNADOR CRITICOU POSTURA DO GOVERNO FEDERAL DE NÃO DISCUTIR COMO AMAZONAS NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL... VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Expectativa em relação à nova política industrial é baixa VEICULAÇÃO NACIONAL	2
VALOR ECONÔMICO Compra de duráveis e bens de capital segue forte VEICULAÇÃO NACIONAL	3
VALOR ECONÔMICO Cai o ritmo de importações no ano VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O GLOBO Nova política industrial amplia meta de inovação..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
AGÊNCIA ESTADO Skaf pede medidas mais fortes para aumentar competição na indústria VEICULAÇÃO NACIONAL	6
JB ONLINE Brasil estuda parceria para produção de medicamentos biotecnológicos VEICULAÇÃO NACIONAL	8
G-1 Guerra cambial não vai derrotar o Brasil, diz Mantega VEICULAÇÃO NACIONAL	9
BRASIL ECONÔMICO-SP Empresa média e pequena terá estímulo para exportar VEICULAÇÃO NACIONAL	10
BRASIL ECONÔMICO-SP Com crise externa, Brasil vira foco dos investimentos..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
PORTAL A CRÍTICA Omar muda discurso e acusa Governo Federal de omissão na guerra fiscal que ameaça a ZFM VEICULAÇÃO NACIONAL	13
INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS Brasil e Argentina fazem parceria em remédios biotecnológicos VEICULAÇÃO NACIONAL	15
INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS Brasil e Equador querem intensificar cooperação bilateral VEICULAÇÃO NACIONAL	16
BRASIL ONLINE Mantega diz que inflação está sob controle e ficará abaixo do teto VEICULAÇÃO NACIONAL	17
SITE/SENADOR EDUARDO BRAGA Senador Eduardo Braga prioriza MP dos Tablets no 2º semestre de 2011. VEICULAÇÃO NACIONAL	18
CONSTRUTORA ANTONELY / NOTÍCIAS SUFRAMA renova cooperação com o instituto alemão de pesquisa aplicada Fraunhofer VEICULAÇÃO NACIONAL	19

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO GOVERNADOR CRITICOU POSTURA DO <u>GOVERNO FEDERAL</u> DE NÃO DISCUTIR COMO <u>AMAZONAS</u> NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

Omar chama ministros de 'inertes'

Rosana Villar

Da Redação

Manaus, Amazonas

Amenos de uma semana para o anúncio da nova política industrial brasileira, que poderá afetar diretamente a concorrência da **Zona Franca** de **Manaus**, o governador Omar Aziz fez duras críticas à postura do **Governo Federal**, em meio a discussão sobre os incentivos fiscais.

Para Omar, a equipe de governo da presidente Dilma Rousseff tem se mostrado inerte diante da invasão de produtos chineses e da edição de medidas estaduais que concedem benefícios fiscais irregularmente fora da **ZFM**, contrariando o Supremo Tribunal Federal (STF).

O desabafo de Omar ocorreu ontem, durante a posse do novo desembargador Jorge Lins.

O governador citou nominalmente os ministros de Ciência e Tecnologia, Aloízio Mercadante, da Fazenda Guido Mantega e o de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, Fernando Pimentel, ao apontar o descaso deles frente aos apelos do Governo do **Amazonas** para a questão da ameaça aos incentivos fiscais.

Segundo o procurador geral do Estado, Frânio Lima, Omar vai a Brasília nos próximos dias entregar pessoalmente

ao presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que busca invalidar o decreto paulista que desonera cobrança del CMS para os tablets.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) confirmou que o novo plano de Política Industrial não vem sendo discutido nem mesmo com a base de apoio do Governo.

A assessoria do **Mdic** disse que o órgão não dará detalhes sobre o novo plano até seu lançamento oficial, marcado para 2 de agosto.

Segundo o economista José Alberto Machado, o que torna o **Amazonas** cada vez menos competitiva na captação de indústrias não é a oferta de incentivos de outros Estados, mas a falta de investimentos em infraestrutura e em políticas de **desenvolvimento** a longo prazo. "A energia em **Manaus** está perto do colapso, o sinal de celular é inconstante, o problema dos portos nunca é resolvido, a internet é mais cara e menos eficiente. Temos uma síndrome de tentar encontrar os culpados. Quando não são os paulistas, é o governo ou a China. Mas os culpados por isso somos nós mesmos.

Cadê a Suframa? O que ela fez depois que a ZFM foi prorrogada? ", completa.

A **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** foi procurada pelo DIÁRIO, mas não emitiu qualquer resposta até o fechamento desta edição.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Expectativa em relação à nova política industrial é baixa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Alexandre Rodrigues

Ainda à espera de uma nova política industrial, quase sete meses após o início do governo Dilma, empresas do setor têm pouca expectativa em relação ao real impacto na competitividade das medidas cogitadas pelo governo. Apenas a desoneração da folha de pagamentos é vista como algo substancial e viável no curto prazo, mas nem mesmo essa decisão está fechada.

Em 2010, uma pesquisa da Fiesp apontou a tributação, o custo de capital e a mão de obra como as três principais barreiras da indústria. O câmbio, apontado como o maior vilão da competitividade, está em quarto lugar.

Maurício Cunha, diretor industrial da montadora de ônibus Caio Induscar, diz que, se a nova política industrial trouxer apenas iniciativas modestas no campo tributário, o efeito será limitado na empresa. "Nosso produto é intensivo em mão de obra. Cada ônibus tem de 18% a 22% do custo na mão de obra. Não é nada extraordinário porque o grande custo é a matéria-prima, mas já teria um impacto real. Além disso, nossos clientes são empresas de ônibus, que também teriam mais espaço para investir na frota se tivessem alívio na folha de motoristas e cobradores."

Segundo estimativa da Fiesp, cada ponto porcentual de desoneração líquida da folha proporcionaria uma elevação de 0,78% no investimento do setor.

Cleber Morais, diretor-presidente da Bematech, acha que o governo começou agora a entender que é preciso

preservar a competitividade da indústria nacional e por isso demora a fechar a nova política. Fabricante de softwares e equipamentos de informática, a Bematech investe para tentar aumentar produtividade e competir com os **importados** chineses. "Competir globalmente é um desafio muito forte hoje. Só a desoneração da folha é muito pouco dada a complexidade que a gente vive."

Carlos Gomes, presidente da PSA Peugeot Citroën na América Latina, também vê a redução dos encargos com bons olhos, mas aponta a falta de infraestrutura e o elevado custo de matérias-primas como problemas mais agudos. "Também há os impostos e os juros altos, já que nosso setor é muito dependente de capital, mas diria que já seria um bom passo aliviar os insumos e melhorar a infraestrutura."

Vilões

Em 2010, pesquisa da Fiesp apontou a tributação, o custo de capital e a mão de obra como as três principais barreiras da indústria. O câmbio vem em 4º lugar.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Compra de duráveis e bens de capital segue forte		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Desaceleração da alta de importações é menos acentuada neste ano nesses dois setores

Sergio Lamucci

As importações de bens de capital e de bens de consumo duráveis crescem menos neste ano do que em 2010, mas o ritmo de alta ainda é expressivo, bastante superior ao dos bens intermediários. O momento positivo do investimento explica o aumento expressivo das compras de bens de capital, enquanto o consumo ainda razoável mantém forte as importações de bens duráveis, como automóveis e eletroeletrônicos, especialmente num quadro de real forte.

De janeiro a junho, as compras de bens de capital aumentaram 26% sobre igual período de 2010. É menos que os 39,8% no ano passado, mas ainda assim uma alta expressiva. O economista Fabio Ramos, da Quest Investimentos, diz que o investimento ainda tem perspectivas favoráveis, mantendo elevada a demanda por máquinas e equipamentos importados.

O dólar barato, segundo ele, joga um papel importante aí, fazendo produtores nacionais desses bens perderem espaço para os produtos estrangeiros. De janeiro a maio (dado mais recente para indústria), a produção local de bens de capital cresceu 6,4% sobre igual período de 2010, um ritmo muito inferior aos 26% das compras externas no primeiro semestre, o que evidencia que as importações continuam ganhar espaço no mercado interno.

O economista-chefe da Funcex, Fernando Ribeiro, diz que a influência do câmbio é ainda maior no caso dos bens duráveis, cujas importações ainda aumentaram 33,7% no primeiro semestre, ainda que menos que os quase 50% do ano passado. Aí também fica clara a perda de espaço do produto nacional para o importado, já que a fabricação local de bens duráveis cresceu 2,3% nos cinco primeiros meses do ano. Para Ramos, as medidas macroprudenciais, que restringiram o crédito, contribuíram para moderar a alta das importações neste ano, por levar a alguma desaceleração do consumo.

O tombo mais expressivo do ritmo de crescimento foi das importações de combustíveis. De janeiro a junho, a alta foi de apenas 0,6%, muito abaixo dos 26% de 2010. O presidente em exercício da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, diz que é difícil explicar esse movimento, porque as compras desses produtos mostram muita volatilidade, dependendo basicamente da política de uma empresa - a Petrobras.

Ribeiro, que também ressalta a forte oscilação desses números, atribui à atividade mais fraca da indústria algum peso na redução da demanda por combustíveis importados. Além disso, há uma tendência de, pelo menos nesse mercado, a produção local ganhar gradualmente espaço da estrangeira.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Cai o ritmo de <u>importações</u> no ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Lamuci

As importações avançam a um ritmo bem mais fraco neste ano. No primeiro semestre, o volume importado total aumentou 13,7% em relação ao mesmo período do ano passado, uma alta bem mais modesta que os 37% registrados em 2010, segundo números da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex). O crescimento mais moderado da economia, em especial da indústria, tem um papel importante para explicar o movimento, por reduzir especialmente a demanda por bens intermediários (insumos e matérias-primas), que respondem por mais da metade da pauta de importações. A base de comparação elevada também tem algum peso nesse processo.

De janeiro a junho, as importações de bens intermediários subiram 10,8% sobre a primeira metade do ano passado, muito menos que os 39,7% de 2010. O economista-chefe da Funcex, Fernando Ribeiro, diz que essa perda de fôlego se deve ao ritmo mais fraco de crescimento da indústria neste ano. Em geral, nota ele, as compras externas de insumos crescem de três a quatro vezes mais rápido que a produção da indústria, proporção que em alguns momentos chega até a ser superada, como vem ocorrendo neste ano. Em 2010, a produção industrial avançou 10,4%, enquanto as importações de intermediários subiram quase 40%; neste ano, de janeiro a maio (dado mais recente), a indústria cresceu 1,8%, enquanto as compras externas de insumos aumentaram mais de 10% no primeiro semestre.

O presidente em exercício da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, vê também outro motivo para o crescimento mais moderado das compras de intermediários: mais empresas passam a importar produtos acabados do exterior, em vez de comprar insumos para produzi-los aqui, num cenário de câmbio valorizado.

Isso explicaria o fato de as importações de bens de consumo avançarem bem mais rápido que as de intermediários - no semestre, as compras de bens duráveis (como automóveis e eletroeletrônicos) aumentaram 33,6%. Para Ribeiro, esse movimento de fato existe, mas o preponderante é a perda de fôlego da produção industrial. Os intermediários, lembra, representam 55% das importações, enquanto os bens de consumo não chegam a 14%. A menor demanda por bens como aço e produtos químicos tem mais importância para a desaceleração das compras de insumos.

As importações de bens de capital, por sua vez, continuam a crescer a um ritmo forte. Aumentaram 26% no primeiro semestre, um sinal de que o investimento continua firme na economia. Com o dólar barato, as empresas aproveitam para comprar máquinas e equipamentos no exterior para modernizar ou ampliar a linha de produção.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Nova política industrial amplia meta de inovação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Um dos objetivos é que taxa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento seja de 0,9% do PIB, acima do 0,6% atual

Eliane Oliveira eliane@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. Com foco no estímulo à inovação tecnológica, a nova política industrial brasileira, a ser anunciada em 2 de agosto pela presidente Dilma Rousseff, terá como objetivo ampliar investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país). O índice faz parte das metas gerais a serem cumpridas até dezembro de 2014, às quais O GLOBO teve acesso.

Para tanto, serão acrescentados mais R\$2 bilhões ao orçamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que, em três anos, deixará de ser uma agência de fomento e se transformará em um banco nos moldes do BNDES.

Segundo técnicos que estão finalizando a nova política industrial, outra meta geral para dezembro de 2014 é aumentar em 50% o número de micro e pequenas empresas inovadoras, acréscimo de 50 mil firmas. Também já está acertada uma meta de aumento dos investimentos em capital fixo (fábricas, por exemplo) em relação ao PIB, dos atuais 18% para 23% em 2014.

Além disso, preocupado com a invasão dos importados e com o perfil de exportações (centradas em commodities), o governo estabelecerá como objetivo a redução em 40% do déficit comercial em produtos industrializados - que deve superar US\$100 bilhões este ano, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A nova política, que já recebeu denominações diversas, como PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade), Brasil Agora e Política de Inovação do Brasil (PIB), dará

atenção especial às exportações de manufaturados. A ordem é recuperar vendas na América Latina e conquistar o mercado asiático.

Pressão de empresários para conter importados

Hoje, os gastos em P&D do setor privado somam 0,59% do PIB, enquanto os públicos são de 0,61%. Na Política de Desenvolvimento da Produção (PDP), que vigorou até 2010, a meta era elevar os dispêndios industriais a 0,65% do PIB, o que não aconteceu. A única meta geral atingida foi o aumento da fatia das exportações no comércio mundial, para 1,25%. Em 2010, o índice superou 1,33% do total vendido no mundo.

Dessa vez, explicou um alto funcionário do governo, não deverá ser estabelecido um novo percentual com a participação das exportações brasileiras no comércio internacional. Isso porque o Brasil, embora grande fornecedor mundial, não tem ingerência sobre os preços das commodities agropecuárias, metálicas e minerais.

Enquanto discute com a área econômica e Ministérios o desenho da nova política industrial, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, é o mais suscetível a pressões do setor produtivo brasileiro. Ontem, PIMentel tomou café da manhã com o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

- Falei com ele sobre a necessidade de serem tomadas medidas fortes. Estamos vivendo um tsunami de importados - disse Skaf ao GLOBO. Uma solução, para compensar (a importação), seria a desoneração.

O complicador nas negociações entre a área econômica e o Ministério do Desenvolvimento são as desonerações tributárias em pleno ajuste fiscal. De acordo com técnicos, já está certo que a desoneração da folha de pagamento, promessa de campanha de Dilma, não sairá com a nova política industrial.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Skaf pede medidas mais fortes para aumentar competição na indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Alexandre Rodrigues e Eduardo Rodrigues da Agência Estado

BRASÍLIA e RIO - O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou nesta terça-feira, 26, que, mantido o ritmo atual de **importações** de bens industrializados, a balança comercial brasileira de manufaturados encerrará o ano com déficit de US\$ 100 bilhões. "Isso significa que estaremos **exportando** um milhão de empregos este ano", avaliou.

VEJA TAMBÉM

Gerdau: 'É preciso definir limite para ingresso de capital estrangeiro no País' Saldo comercial da indústria deve ser o pior da história este ano CNI eleva projeção de **PIB** de 3,5% para 3,8% em 2011 Saldo da balança comercial ultrapassa US\$ 16 bilhões no ano

Skaf disse que o governo precisa tomar medidas mais incisivas para dar competitividade à indústria de transformação brasileira, competitividade essa que vem sendo roubada pelo câmbio valorizado.

Ele reafirmou que, em encontro hoje pela manhã, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, garantiu que a nova política industrial será divulgada pelo governo na próxima semana.

Medidas

Entre as medidas cogitadas para o plano, cuja última previsão de lançamento é o início de agosto, apenas a desoneração da folha de pagamentos é vista como viável no curto prazo por executivos.

Com o curto espaço fiscal do governo, as indefinições sobre a redução de carga tributária sobre produtos e investimentos, financiamento subsidiado permanente para investimentos, redução do custo de capital e dos preços de insumos desanimam empresários e deixam os investimentos em compasso de espera.

Projeção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) indica que a indústria de transformação deverá investir R\$ 167,1 bilhões em bens de capital, inovação e instalações este ano, 4,7% a menos do que em 2010. Essa

queda deve ser ainda mais acentuada, de 7,3%, considerando apenas a aquisição de máquinas e equipamentos, principal componente para a expansão da indústria.

Estudo da consultoria PwC atualizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, na construção de uma siderúrgica, por exemplo, a tributação indireta eleva em 16,9% o custo total do investimento. Uma pesquisa da Fiesp no ano passado apontou a tributação, o custo de capital e a mão de obra como as três principais barreiras para o crescimento da indústria. O câmbio, apontado como o maior vilão da competitividade, aparece em quarto lugar.

Maurício Cunha, diretor industrial da montadora de ônibus Caio Induscar, diz que se a nova política industrial trouxer iniciativas modestas no campo tributário, como o crédito de PIS/Cofins para **exportação**, o efeito será limitado na empresa, que investe R\$ 50 milhões na ampliação da fábrica de Botucatu (SP) de olho no **mercado** interno. Para ele, das propostas mais factíveis, só a desoneração da folha faria diferença.

"Nosso produto é intensivo em mão de obra. Cada ônibus tem de 18% a 22% do custo na mão de obra. Não é nada extraordinário porque o grande custo é a matéria-prima, mas já teria um impacto real. Além disso, nossos clientes são empresas de ônibus, que também teriam mais espaço para investir na frota se tivessem alívio na folha de motoristas e cobradores", diz.

Folha de pagamento

Segundo estimativa da Fiesp, cada ponto porcentual de desoneração líquida da folha proporcionaria uma elevação de 0,78% no investimento do setor. Carlos Gomes, presidente da PSA Peugeot Citroën para a América Latina, também vê a desoneração da folha com bons olhos, mas aponta a falta de infraestrutura e o elevado custo de matérias-primas como problemas mais agudos de quem quer produzir no Brasil. "Também há os impostos e os juros altos, já que nosso setor é muito dependente de capital, mas diria que já seria um bom passo aliviar os insumos e melhorar a infraestrutura", diz o executivo.

Gomes, que trabalha num novo plano de investimentos para o ano que vem e avalia aumentar os investimentos da PSA na Argentina, diz que o custo do aço 30% acima do praticado em países como a Coreia desestimula a **produção** no Brasil. No entanto, é o potencial do **mercado** interno que o mantém focado no País, embora a **importação** de automóveis experimente forte alta. Dos 15 novos carros que a PSA pretende lançar no País até 2014, cinco serão **importados**.

Cleber Moraes, diretor-presidente da Bematech, acha que o governo começou a entender que é preciso fazer algo para preservar a competitividade da indústria nacional e por isso demora a fechar a nova política. Fabricante de equipamentos de softwares e equipamentos de informática, a Bematech investiu R\$ 19 milhões em **desenvolvimento** no ano

passado, com foco principalmente em produtividade, para tentar fazer frente aos **importados** chineses.

"Competir globalmente é um desafio muito forte hoje. O governo começa a sentir as dores", avalia. Ele também cita a desoneração da folha como a medida em discussão de maior impacto, especialmente num segmento dependente de mão de obra especializada como o de tecnologia, mas diz que é preciso muito mais. "Só a desoneração da folha é muito pouco dada a complexidade que a gente vive. O **Brasil** cresce diante do mundo e, por outro lado, está caindo em competitividade. Estamos vivendo um colonialismo tecnológico", alerta.

	VEÍCULO JB ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil estuda parceria para <u>produção</u> de medicamentos biotecnológicos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Rio de Janeiro - O Brasil e a Argentina estão negociando uma cooperação binacional para a produção de medicamentos biotecnológicos, informou hoje (26) o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O anúncio foi feito durante a abertura dos trabalhos da Rede dos Institutos de Enfrentamento ao Câncer, dos países-membros da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

"A proposta do Brasil é fazermos cada vez mais parcerias com a indústria farmacêutica internacional e fortalecer as parcerias com a América Latina. Temos interesse em fazer parcerias com a indústria da Argentina, a do Equador, que está surgindo agora, e de outros países da região e, assim, garantir acesso universal aos medicamentos".

Padilha explicou que ainda não foram estipulados prazos, mas que uma empresa argentina já demonstrou interesse no projeto. O Brasil tem atualmente 28 parcerias público-privadas de produção de medicamentos, financiadas

pelo Ministério da Saúde e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**).

São parcerias que permitem a produção de antirretrovirais e medicamentos contra doenças inflamatórias, hepatite C, mal de Parkinson etc.

O ministro também informou que o Brasil pretende articular linhas de atuação com os países da Unasul para atrair indústrias de materiais e equipamentos médico-hospitalares de ponta. "O Brasil possui 147 centros de radioterapia e o governo pretende praticamente duplicar esse número. Não produzimos nenhum equipamento de radioterapia, que são importados. No mundo, existem cinco fornecedores desses equipamentos e nenhum produz na América Latina. Precisamos convocar esses produtores para virem para cá, não só para reduzir os preços, como também para garantir a disponibilidade desses equipamentos".

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Guerra cambial não vai derrotar o Brasil, diz Mantega		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro diz que governo vai intensificar defesa comercial do país.

Mantega também criticou prática de triangulação nas exportações.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse nesta terça-feira (26) que a guerra cambial entre os países não vai derrotar o Brasil. Segundo ele, o governo vai intensificar a defesa comercial do país para evitar que o **mercado** nacional seja ocupado por produtos **importados**, mais baratos devido à desvalorização do **dólar**.

Há práticas recrimináveis de concorrência, principalmente para quem tem **mercado**, que é o nosso caso. Estamos atentos para isso. Não vamos deixar a guerra cambial nos derrotar com desvalorizações artificiais das taxas de câmbio em outros países, disse o ministro durante reunião do Conselho de **Desenvolvimento** Econômico e Social (CDES), em Brasília.

O que é guerra cambial?

É a disputa entre países envolvendo a cotação de suas moedas, com a tomada de medidas para desvalorizar suas divisas. A origem da disputa pelo câmbio está na desvalorização contínua do **dólar** frente às moedas locais. O **dólar** desvalorizado prejudica as **exportações** dos países.

Estaremos atuando na área de política cambial e estamos intensificando a defesa comercial do país de modo a não deixar que o nosso **mercado** de manufaturado seja ocupado por outros países muitas vezes usando subterfúgios, completou.

Mantega criticou a prática de triangulação quando um produto fabricado em um país passa por outro ao invés de ser **exportado** diretamente para Brasil. O ministro afirmou que parte do superávit comercial do EUA com o **Brasil** é resultado de triangulação.

Países que estão sofrendo processos antidumping estão utilizando terceiros para **exportar** para o Brasil. Até os EUA estão sendo usados como país de triangulação. Talvez por isso os EUA hoje estão com superávit comercial em relação ao Brasil, disse o Mantega.

Segundo ele, o governo brasileiro está olhando com prioridade para a prática de triangulações e vai tomar medidas **importantes** neste campo.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Empresa média e pequena terá estímulo para <u>exportar</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo quer facilitar acesso a garantias de crédito de exportação de quem fatura até R\$ 60 milhões

Ruy Barata Neto

Com o dólar em nível mais baixo desde 1999, o governo procura avançar no apoio, principalmente, às pequenos e médias empresas exportadoras. Uma das medidas que já deve entrar em operação a partir de agosto procura facilitar a companhias com até R\$ 60 milhões de faturamento o acesso a garantias para a obtenção de financiamento público à exportação asseguradas pelo Fundo de Garantia ao Exportador (FGE).

Segundo Lúcia Helena Monteiro Souza, assessora especial da secretaria executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Camex-Mdic), o Ministério da Fazenda está em fase final de redação das cláusulas que deverão tornar menos burocráticos e mais baratos os acessos a apólices de seguros - os certificados de garantia - sobre as exportações dessas empresas.

"O próprio Banco do Brasil poderá emitir apólices de seguros pela internet", diz Lúcia Helena.

"Será algo informatizado para liberar garantias de forma mais simples e barata".

O custo do seguro de exportação é definido por cálculos que levam em consideração o risco do país importador da carga, a taxa de juros e o perfil do parceiro de negócios. Os pequenos e médios acabam sempre operando com taxas de seguros mais elevadas porque seus parceiros comerciais, na maioria dos casos, são de países da

América Latina e África, com taxas de riscos altas. O prêmio do pagamento do seguro de exportação varia e pode chegar a 3%, dependendo do tipo de negócio.

Segundo o consultor e presidente do Comitê de Comércio Exterior da Amcham, Welber Barral, o valor faz a diferença já que parte de uma competitividade baixa por conta do câmbio depreciado. "As pequenas e médias empresas são as que mais abrem postos de trabalho no país e são exatamente as mais afetadas pelo câmbio", afirma.

"Com as grandes companhias, o problema é menor já que por conta do risco Brasil ter diminuído fica fácil para elas até captar recursos no exterior".

O cenário fica evidente quando se observa o acesso as linhas do Programa de Financiamento as Exportações (Proex), liberadas pelo Banco do Brasil. Segundo dados do Mdic, um total de 400 empresas são as principais usuárias do financiamento público - todas com faturamento em torno de R\$ 600 milhões. Os negócios são garantidos pelo FGE hoje com recursos de R\$ 14 bilhões. Lucia Helena diz que o espaço para pequenas e médias empresas está dentro do recursos do fundo. "Esse patrimônio pode ainda ser alavancado em cinco vezes", diz.

As pequenas e médias empresas são as que mais abrem novos postos de trabalho no país e são exatamente as mais afetadas pelo câmbio apreciado

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Com crise externa, <u>Brasil</u> vira foco dos investimentos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

No primeiro semestre do ano, o Brasil recebeu US\$ 32,45 bilhões em investimento estrangeiro direto, aumento de 168,5%

Simone Cavalcanti

Em um cenário no qual as principais economias do planeta estão cambaleantes, o Brasil tem conseguido registrar a entrada cada vez maior de recursos estrangeiros para o setor produtivo. No primeiro semestre deste ano, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos (IED) expandiu 168,5%, chegando a US\$ 32,45 bilhões. Em 12 meses terminado em junho, esse volume alcançou US\$ 68,82 bilhões e é o melhor da série histórica iniciada em 1947 pelo Banco Central.

A evolução salta aos olhos, principalmente porque há uma nítida inversão do tipo de capital que chega em solo verde amarelo.

No mesmo período do ano passado, os investimentos produtivos foram de US\$ 12,1 bilhões enquanto aquelas destinadas às aplicações financeiras chegaram a US\$ 22,8 bilhões.

Em 2010, o governo elevou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para 6% para aplicações em renda fixa, o que se juntou aos 2% cobrados em ações em 2009. Entre janeiro e junho, as entradas para portfólio (no mercado financeiro) recuaram para US\$ 14 bilhões.

Há entre os analistas quem suspeite que parte desses recursos entrem no país sob a denominação de IED, mas depois sejam aplicados no mercado financeiro, principalmente porque montante significativo (US\$ 9,6 bilhões) vem dos países baixos, nações com regime tributário mais vantajoso que o nosso.

O BC nega que existam problemas nas movimentações desse capital.

"São operações muito vultosas que permitem à equipe técnica verificar qualquer irregularidade na transação", disse o chefe do Departamento Econômico, Tulio

Maciel. No entanto, ele mesmo já admitiu há alguns meses que, depois que o dinheiro chega do exterior e entra no caixa da empresa, não há como checar onde foi alocado." O IED está dentro da trajetória prevista pelo BC para o ano, que é bastante expressiva", ressaltou, lembrando que a expectativa é de um ingresso de US\$ 55 bilhões e que, para chegar a isso, ainda será preciso contar com US\$ 4 bilhões em média a cada mês até o final deste ano.

Alcançar esse volume é provável diante dos dados divulgados pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) em seu Relatório Mundial sobre Investimentos: o Brasil está na quarta posição entre os países mais citados como receptores de investimentos produtivos até 2013. Só perde para China, Estados Unidos e Índia, respectivamente.

Fechando as contas De toda forma, os investimentos no país têm contribuído em muito para fechar as contas do balanço de pagamentos, que inclui todas as transações financeiras e comerciais do Brasil com o resto do mundo. No primeiro semestre deste ano, o saldo ficou positivo em US\$ 42,9 bilhões. Isso porque a entrada total de recursos a serem investidos somou US\$ 67 bilhões, mais que compensando o déficit em transações correntes, de US\$ 25,4 bilhões.

Muito embora o superávit da balança comercial esteja reagindo positivamente em relação a igual período do ano passado (US\$ 12,9 bilhões ante US\$ 7,8 bilhões), as contas de serviços - que incluem gastos de viagens de brasileiros ao exterior e pagamento de aluguel de máquinas e equipamentos-e de rendas - que mostra tanto as remessas de lucros e dividendos de subsidiárias a suas matrizes quanto de pessoas físicas - estão fortemente negativas com déficit respectivo de US\$ 17,8 bilhões e US\$ 22 bilhões.

O IED está dentro da trajetória prevista pelo BC para o ano, que é bastante expressiva Tulio Maciel Chefe do Departamento Econômico do Banco Central

CIFRAS BILIONÁRIAS

US\$ 48,4 bi é quanto o **Brasil** recebeu em investimento direto estrangeiro no ano de 2010, de acordo com a Sobeet. Quase o dobro do recebido no ano anterior.

US\$ 68,8 bi é o IED acumulado em 12 meses, até junho deste ano. O volume é o melhor da série histórica iniciada em 1947 pelo Banco Central. Em 2011, até junho, o país já recebeu US\$ 32,45 bilhões em IED.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Omar muda discurso e acusa <u>Governo Federal</u> de omissão na guerra fiscal que ameaça a <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os comentários do governador foram feitos na manhã de hoje, durante cerimônia no Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)

Manaus, 26 de Julho de 2011

acritica.com

Governador Omar Aziz critica **Governo Federal** e ministros por inércia em relação à **Zona Franca** (Alex Pazuello) Pela primeira vez após as eleições de 2010, o governador Omar Aziz, que apoiou a candidatura da presidente Dilma Rousseff, mudou o discurso em que afirmava confiar nas promessas da presidente e criticou o **Governo Federal** por não tomar nenhuma atitude em relação aos prejuízos causados ao Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**), diante de medidas que inviabilizam as vantagens competitivas da **Zona Franca** de **Manaus** e por estar discutindo uma nova política industrial para o **Brasil** sem ouvir o Estado.

Conforme o governador, o **Amazonas** concentra o maior pólo eletroeletrônico da América do Sul. A cobrança foi feita na manhã desta terça-feira, no auditório do Tribunal de Justiça do **Amazonas** (TJAM), durante a posse do novo desembargador Jorge Lins.

Entre as medidas recentes que tiram a competitividade da **Zona Franca** de **Manaus** estão a MP 534 (MP dos Tablets); o Decreto 57.144 do governo paulista, que desonera cobrança de **ICMS** para os tablets; e a **importação** da China de condicionadores de ar split sem a cobrança do imposto, que vem sendo praticada pelos governos do Espírito Santo e Santa Catarina.

Há alguns dias, o governador disse que o Estado entraria com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o Decreto do Governo de São Paulo. A promessa, segundo a Agência de Comunicação do Estado (Agecom), deve ser cumprida nas próximas horas. A minuta, que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), será apresentada a ele ainda nesta terça-feira para uma última análise.

“É apropriado falar aqui nesse momento porque estou na casa que faz Justiça”, disse o governador, ao afirmar

esperar que o STF corrija as injustiças e garanta os direitos constitucionais da **Zona Franca** de **Manaus** neste e em outros processos que estão parados naquela corte. “Espero que depois de anos da ministra Elen Grace estar sentada num processo que nos beneficia e não julga o mérito desse processo, o Supremo possa tomar uma decisão em favor do povo amazonense, que, aliás, não é um favor e sim direito constitucional”.

Contrabando legalizado

Omar Aziz fez cobranças diretas aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Ciência e Tecnologia, Aluizio Mercadante, e do **Desenvolvimento**, Indústria e Comercio Exterior, Fernando **Pimentel**, com quem esteve em junho, em Brasília, e obteve garantias de que a **Zona Franca** de **Manaus** não perderia competitividade em relação à MP 534.

Na ocasião também houve compromissos de barrar a **importação** de condicionador de ar chinês. “A cada dia que passa o **Brasil** fecha os olhos em relação ao contrabando legalizado que é feito pelo Espírito Santo e Santa Catarina”, reclamou.

Segundo o governador, a **produção** de split é um setor **importante** para o **Amazonas**, que até pouco tempo garantia toda a **produção** nacional, gerando 7 mil empregos no **PIM**. Com a **importação** chinesa desonerada de **ICMS**, o polo de **Manaus** perdeu a competitividade, colocando em risco os empregos.

Para Omar Aziz, o governo brasileiro se intimida a enfrentar a entrada ilegal dos produtos chineses porque não quer entrar numa crise econômica com a China. Ele lembra que a desvalorização do **dólar** prejudica as **exportações** da **ZFM**, em contrapartida o Yen chinês se mantém estável e garante a competitividade aos asiáticos.

“Há 40 dias o ministro Guido Mantega foi avisado do contrabando ilegal praticado por Santa Catarina e Espírito Santo. Há 40 dias o ministro Mercadante foi avisado da preocupação em relação à **produção** de tablet e até agora não tomou qualquer posição. Há 40 dias o ministro Fernando **Pimentel** foi avisado dos problemas que tínhamos em termos de competitividade e não tomou qualquer posição. Agora, só

temos uma solução, que é ir a o Supremo para que os direitos do povo amazonense, da cidade de **Manaus** e do Polo Industrial sejam garantidos”, disse Omar.

Omar Aziz criticou as últimas declarações do ministro Aloizio Mercadante na imprensa sobre a política industrial do Brasil. “Dia após dias ouvimos o ministro Mercadante fazer declarações em relação a estender os benefícios a outros produtos que hoje são garantidos pela Constituição e que geram emprego e riqueza ao **Amazonas**, à revelia da Lei”, reclamou o governador.

No entendimento dele, a própria MP 534 é inconstitucional. “Se forem discutir realmente, o Congresso Nacional nem pode analisar essa medida, que, de uma forma descarada, remete a **produção** a uma só região. As outras regiões não terão esses benefícios, porque só quem ganha é São Paulo, que tem logística e as melhores condições para produzir tablets”.

A luta da bancada e do Governo do **Amazonas** é para que se garanta alguma fatia para o **PIM**.

De acordo com o governador, o que mais preocupa é que a luta do Estado nos últimos anos não tem sido para garantir novos investimentos no **PIM**, mas sim para que não se perca o que já é garantido pela Constituição.

“Isso quer dizer que nossa luta tem que ser redobrada em relação a não só garantir aquilo que já temos, mas também atrair novos investidores, novos setores para que a gente possa expandir o polo industrial, gerar emprego”.

Omar Aziz conclamou o povo do **Amazonas** a uma reflexão em relação ao futuro. Também disse que não é hora de se buscar salvador. “Já teve muita gente se autodenominando salvador da **Zona Franca** e assim nós viemos perdendo ano a ano”, frisou.

Segundo ele, na década de 90, **Manaus** produzia 30% dos meios de informática do Brasil, hoje a **produção** está em menos de 8%. Na opinião do governador, se a média de 30% estivesse mantida, com o aumento do consumo, hoje o setor geraria de 50 a 60 mil empregos novos.



VEÍCULO INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS	EDITORIA	
TÍTULO Brasil e Argentina fazem parceria em remédios biotecnológicos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Brasil e a Argentina estão negociando uma cooperação binacional para a produção de medicamentos biotecnológicos, informou hoje o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O anúncio foi feito durante a abertura dos trabalhos da Rede dos Institutos de Enfrentamento ao Câncer, dos países-membros da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

"A proposta do Brasil é fazermos cada vez mais parcerias com a indústria farmacêutica internacional e fortalecer as parcerias com a América Latina. Temos interesse em fazer parcerias com a indústria da Argentina, a do Equador, que está surgindo agora, e de outros países da região e, assim, garantir acesso universal aos medicamentos".

Padilha explicou que ainda não foram estipulados prazos, mas que uma empresa argentina já demonstrou interesse no projeto. O Brasil tem atualmente 28 parcerias público-privadas de produção de medicamentos, financiadas

pelo Ministério da Saúde e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São parcerias que permitem a produção de antirretrovirais e medicamentos contra doenças inflamatórias, hepatite C, mal de Parkinson etc.

O ministro também informou que o Brasil pretende articular linhas de atuação com os países da Unasul para atrair indústrias de materiais e equipamentos médico-hospitalares de ponta. "O Brasil possui 147 centros de radioterapia e o governo pretende praticamente duplicar esse número. Não produzimos nenhum equipamento de radioterapia, que são importados. No mundo, existem cinco fornecedores desses equipamentos e nenhum produz na América Latina. Precisamos convocar esses produtores para virem para cá, não só para reduzir os preços, como também para garantir a disponibilidade desses equipamentos". As informações são da Agência Brasil.

(Redação - Agência IN)

	VEÍCULO INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil e Equador querem intensificar cooperação bilateral		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ministro Tovar Nunes, disse hoje (26) que o Brasil quer virar a página das dificuldades econômicas vividas com o Equador em 2008. À época, o governo equatoriano ameaçou não pagar uma dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção da Hidrelétrica San Francisco, alegando que houve irregularidades na obra. O incidente também resultou na expulsão da construtora Odebrecht do país.

Hoje à tarde, o chanceler Antonio Patriota recebeu o ministro de Setores Estratégicos do Equador, Jorge Glas. Considerado um "superministro", já que sua pasta trata de assuntos fundamentais para o desenvolvimento do país, Glas esteve envolvido na crise bilateral de 2008. À época, ele presidia o Fundo de Solidariedade, que administra as estatais do setor elétrico do Equador.

À Agência Brasil, o porta-voz do Itamaraty disse que a visita de Glas é a continuação de um processo que começou há cerca de duas semanas, com a visita de Patriota ao Equador. "Dentro do projeto de integração com a América do Sul, o Brasil quer consolidar o tratamento positivo ao país e deseja ver um Equador cada vez mais desenvolvido. Se tiver interesse das empresas brasileiras em investirem no país, que continuem."

Além do Itamaraty, Glas deve visitar outros Ministérios brasileiros para apresentar projetos estruturantes do país, especialmente na área de energia e de estradas. Foram agendadas audiências nos Ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; de Minas e Energia e das Comunicações. "O objetivo é virar a página do período de dificuldade de investimentos e colocar a relação em um patamar de prospecção", assinalou Nunes. As informações são da Agência Brasil.

(Redação - Agência IN)

	VEÍCULO BRASIL ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega diz que inflação está sob controle e ficará abaixo do teto		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MÁRCIO FALCÃO

ANA FLOR

DE BRASÍLIA

Em reunião do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) nesta terça-feira (26), o ministro Guido Mantega (Fazenda) afirmou que a inflação está sob controle e que o país conseguirá manter a meta, abaixo do teto (6,5%), como vem fazendo desde 2005. "A inflação está sob controle e o governo continuará vigilante."

Mantega disse que o combate à inflação é prioridade do governo Dilma Rousseff. O ministro reforçou a fala da presidente na semana passada e disse que as medidas adotadas pelo Planalto não terão prejuízo para o crescimento.

"O governo não economizou esforços para manter a inflação sob controle e em função disso posso dizer que a inflação está sob controle. Vamos cumprir os limites do regime de meta da inflação. Ficaremos abaixo do limite superior, mostrando que o combate à inflação é prioridade e vamos

manter essa prioridade. A inflação está em uma trajetória descendente."

O ministro destacou que as medidas para enfrentar a inflação foram diferentes das tomadas pelos governos anteriores.

"O combate, embora implacável, não chegou ao ponto de derrubar a economia brasileira, como ocorreu em outros tempos. Antigamente, combater a inflação trazia para baixo o crescimento, aumentava o desemprego."

Mantega voltou a reclamar da guerra cambial. "Não vamos deixar a guerra cambial nos derrotar. Estamos intensificando a defesa comercial do país para não deixar que nosso mercado de manufaturados seja prejudicado por outros países. Até os Estados Unidos estão sendo usados como países de triangulação das exportações pró-Brasil. Por isso, talvez os EUA estejam com superavit comercial em relação ao Brasil."

	VEÍCULO SITE/SENADOR EDUARDO BRAGA	EDITORIA	
	TÍTULO Senador Eduardo Braga prioriza MP dos Tablets no 2º semestre de 2011.		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, a MP 534/2011 - conhecida como MP dos Tablets - está pronta para ser votada pelo Plenário e em seguida será encaminhada ao Senado Federal. Como relator na medida na Casa, o senador Eduardo Braga (PMDB) tem conversado com aliados e opositores ao governo para enfatizar que o texto da Medida deverá assegurar as garantias constitucionais concedidas à **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**. Editada pela Presidência da República, a MP 534/2011 concede benefícios fiscais – oferecendo alíquota zero na Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – para **produção** de tablets no Brasil. Nas conversas que teve como membros do governo e do Senado, Eduardo Braga deixou claro que vai incluir emendas que garantam a competitividade das indústrias instaladas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

Para resguardar a indústria de televisores do Polo, por exemplo, ele irá propor algumas condições para que se conceda isenção fiscal aos produtos vendidos como tablets,

como limite para o tamanho das telas, proibição de teclados e de funções de comando remoto. “Esses limites impedirão que as indústrias das outras regiões queiram utilizar os mesmos incentivos concedidos aos tablets para a **produção** de televisores, o que prejudicaria o nosso **PIM**”, explicou o senador.

No texto da MP, o senador também irá propor incentivo de redução do Imposto de Renda para as empresas que produzirem tablets no **Amazonas**, o que aumentará a competitividade da indústria local em relação ao restante do país. Segundo ele, a apreciação da MP no Senado será uma oportunidade para incluir no Processo Produtivo Básico dos Tablets os componentes eletrônicos que são fabricados no parque industrial de **Manaus**.

“Como relator, vou brigar para que o Polo Industrial de **Manaus** não seja prejudicado com essa Medida Provisória, pelo contrário, a luta será para que o nosso modelo econômico saia fortalecido”, enfatizou.

Fonte: Lígia Girão - Assessora de Comunicação

	VEÍCULO CONSTRUTORA ANTONELY / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA renova cooperação com o instituto alemão de pesquisa aplicada Fraunhofer		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Qua, 27 de Julho de 2011 00:55

De maneira a fortalecer o sistema científico e tecnológico da região, a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** e o instituto de pesquisa alemão **Fraunhofer ENAS (Nanointegração de Sistemas Eletrônicos)**, uma das maiores organizações mundiais na área de pesquisa aplicada em micro, nanoeletrônica e biomicrotecnologia, firmaram novo termo de cooperação técnica durante reunião na sede da autarquia.

A ação está inserida no programa Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil/Alemanha. Participaram da solenidade de assinatura a **Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso**, e o presidente do Fraunhofer ENAS, Prof. Dr. Thomas Gessner.

O acordo tem por principal objetivo definir as regras e compromissos voltados ao estabelecimento de infraestrutura de maneira a contribuir para a promoção e o avanço das atividades do Fraunhofer em **Manaus**, onde está implantado o único escritório oficial do instituto alemão no Brasil. A iniciativa amplia o termo de cooperação técnica assinado em setembro de 2007 entre as duas instituições, que possibilitou a implantação de uma unidade do centro de pesquisa alemão na capital amazonense voltada a tecnologias de integração de sistemas, encapsulamento, sistemas Micro-Eleto-Mecânicos (MEMs) e aplicações destinadas a telecomunicações.

Desde o início da parceria entre a autarquia e o Fraunhofer, uma das ações de maior destaque está sendo a execução de um projeto sobre doenças tropicais, envolvendo parceiros da Europa, a Fundação de Medicina Tropical do **Amazonas** e a Fundação Certi. Além disso, propiciou a realização de workshops sobre temas relacionados às

demandas tecnológicas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e a **produção** da revista eletrônica **MinaPIM News**, especializada na divulgação de notícias sobre micro e nanotecnologia.

Entre as novas ações idealizadas, pode-se citar o projeto de energia solar, cujo objetivo é suprir demandas de municípios do Estado; e a realização do seminário **MinaPIM**, com foco nos temas Micro e Nanotecnologia, um dos destaques da programação da sexta edição da Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM 2011), que acontece de 26 a 29 de outubro, em **Manaus**.

Segundo a titular da **SUFRAMA, Flávia Grosso**, a cooperação técnica entre a autarquia e o Instituto Fraunhofer tem tido resultados extremamente satisfatórios, os quais têm contribuído sobremaneira para o avanço da competência científico/tecnológica na região. “Esperamos o fortalecimento do Fraunhofer e o crescimento de suas ações com uma vertente não só de negócios, mas também na área de capital intelectual, que é de suma importância para a região”, disse **Flávia Grosso**, que ressaltou os investimentos em capital intelectual promovidos pela autarquia nos últimos anos.

O presidente do Fraunhofer ENAS, Prof. Dr. Thomas Gessner, recorda a avaliação minuciosa que realizaram antes da decisão de atuar na região Amazônica e considera positivos os resultados alcançados por meio da parceria com a **SUFRAMA**. “É uma oportunidade **importante** para a geração de conhecimento”, afirmou.